

## FRANCISCO DE BRITO GUERRA E A VILA DO PRÍNCIPE (RIO GRANDE DO NORTE, SÉCULO XIX)

Olivia Moraes de Medeiros Neta \*

**Resumo:** Francisco de Brito Guerra, em 1801, recebeu ordens sacras no Seminário de Olinda e assumiu a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, da Vila do Príncipe (atual cidade de Caicó-RN) em 1802. O trabalho orienta-se pela história social, atentando para o estudo das esferas da cultura, da economia e da sociedade na vida em comunidade e objetiva analisar a relação entre Brito Guerra e a Vila do Príncipe na esfera religiosa, educacional e política.

**Palavras-chave:** Francisco de Brito Guerra. Vila do Príncipe. História.

**Resumé:** Francisco de Brito Guerra, en 1801, a reçu dès ordres sacrés dans le Séminaire d'Olinda et a assumé la Clientèle de la Glorieuse Mme Santa Anna du Seridó, de la Vila do Príncipe (actuelle ville de Caicó-RN) en 1802. Le travail se guide par l'histoire sociale, en donnant prinité l'étude des sphères de la culture, de l'économie et de la société dans la vie en communauté et a som objectif d'analyser la relation entre Brito Guerre et la Vila do Príncipe dans la sphère religieuse, éducationnelle et politique.

**Mots-clés:** Francisco de Brito Guerra. Vila do Príncipe. Histoire.

No alvorecer do século XIX, a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, cuja Matriz localizava-se na Vila do Príncipe (atual cidade de Caicó-RN) teve seu território reduzido pelo desmembramento da Capela de Nossa Senhora das Mercês da Serra do Cuité, elevada a freguesia em 1801.

É nesse espaço geo-histórico, a Vila do Príncipe, que Francisco de Brito Guerra teve uma destacada atuação na esfera religiosa, na educacional e na política. Essa atuação expressa a relação desse sujeito histórico com a cidade e suas sociabilidades. Nesse sentido, objetivamos analisar a relação entre Brito Guerra e a Vila do Príncipe na esfera religiosa, educacional e política.

Francisco de Brito Guerra nasceu aos dezoito dias do mês de abril de 1777, na Fazenda Jatobá, Povoação de Campo Grande (atual cidade de Augusto Severo-RN), pertencente a Freguesia da Vila Nova da Princesa (atual cidade de Assu-RN).

Filho de Manoel da Anunciação de Lira e de Ana Filgueira de Jesus, Francisco de Brito Guerra inicia-se na escolarização das primeiras letras com o Padre Luis Pimenta de Santana na Vila Nova da Princesa. Aos doze anos muda-se com sua família para a Província de

---

\* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista CNPq. E-mail: [olivianeta@yahoo.com.br](mailto:olivianeta@yahoo.com.br)

Pernambuco. Lá aprende latim com o professor Manoel Antônio. (MELQUIÁDES, 1987). E, em 1801, recebeu ordens sacras no Seminário de Olinda, vindo a assumir a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, da Vila do Príncipe em 1802.

Nesses termos, esse trabalho orienta-se pela história social de conformidade com Georges Duby (1976) e Peter Burke (2002; 2003), atentando para o estudo das esferas da cultura, da economia e da sociedade na vida em comunidade, seus modelos e mecanismos, códigos e comunicação histórica e social. Bem como pela perspectiva de Labrousse (1973), que apresenta um delineamento à história social como constituída pelas intersecções entre cultura material e cultura mental, em sentido bem amplo, possibilitando a análise a partir do econômico, do social e do mental.

Assim, a compreensão da relação de Brito Guerra com a Vila do Príncipe se inscreve em uma forma de conceber a história social que destaca em um destino individual ou de um grupo a complexa rede de relações nos quais se inscrevem.

Para tanto, Levi (1989) ressalta problemas referentes aos estudos biográficos. Esses circunscrevem-se no papel das incoerências entre as próprias normas do meio social, no tipo de racionalidade que se atribui aos atores que participam da biografia escrita e por fim na relação entre os indivíduos e o grupo que pertencem, uma vez que existe uma relação forte entre estudos biográficos e contexto. Nesse sentido a importância da biografia é principalmente de mostrar as incoerências dos sistemas de normas e seu efetivo funcionamento, autorizando a diversificação das práticas individuais. (LEVI, 1989).

\*\*\*

Em 1800, aos 23 anos de idade, Francisco de Brito Guerra ingressa na primeira turma do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça de Olinda. E, em dezembro de 1801, aos 25 anos de idade, foi ordenado eclesiástico. Sua primeira celebração eclesiástica ocorreu a 2 de fevereiro de 1802 na Povoação de Campo Grande, onde nascera. E, no primeiro domingo do Advento do mesmo ano o Brito Guerra era consagrado vigário da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó em substituição ao padre Francisco Xavier de Vasconcelos Maltez. (MEDEIROS FILHO, 2002).

Na condição de vigário da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana, com sede na Vila do Príncipe, o padre Brito Guerra, como bem ficou conhecido, começa a imprimir sua relação com a Vila do Príncipe a partir de suas ações e lugares como vigário, visitador apostólico e delegado do Crisma na Província do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Essa relação do sujeito com o lugar se expressa em ações como melhoramentos no prédio da Matriz da Senhora Santa Ana, em 1805, mas também a partir das sociabilidades

afetivas que empreendia. (MONTEIRO, 1945). Nesse ano, 1805, ganharia destaque na vida e nas sociabilidades que o padre estabelecia com a cidade o nascimento de Manuel Daniel Simões, filho de Joana Maria da Rocha e, reconhecido por ele em testamento como seu primeiro filho:

[...] por **fragilidade humana** tive seis filhos; a saber Manoel Daniel, de Joanna da Rocha, em tempo que ela era solteira, o qual já faleceu, mas existe um filho dele do mesmo nome, havido na constância do matrimônio com Thereza, minha Sobrinha; Izabel, Theodora, Alexandrina, Jacinto, e Francisco, filhos de Maria José, aos quais todos reconheço pelo presente Testamento por meus filhos, e os instituo, únicos e universais herdeiros de minha fazenda. (TESTAMENTO DE FRANCISCO DE BRITO GUERRA apud MEDEIROS FILHO, 2002, p. 286).

Conforme Macêdo (2007, p. 155) era fórmula comum nos testamentos de clérigos no Brasil, a alegada “fragilidade humana”, pois o reconhecimento dos filhos ilegítimos não se dava somente pela obrigação de foro espiritual da confissão dos pecados da carne, mas também porque era uma atitude tolerável em uma sociedade que fazia vistas grossas para sátiros de estirpe social tão elevada e santificada.

Como pastor dos fregueses da Senhora Santa Ana, Brito Guerra foi reconhecido como exímio condutor de seu rebanho pelo Visitador padre Inácio Pinto de Almeida e Castro, delegado dos Crismas dos sertões baixos do norte, em visita a Matriz de Santa Ana, realizada em 26 de setembro de 1809. Tal reconhecimento sustentava-se em ações como a construção de mapas estatísticos referentes a Freguesia da Gloriosa senhora Santa Ana do Seridó. Esses mapas apresentavam numericamente dados relativos aos casamentos, nascimentos e mortes da população assistida pela freguesia, o que possibilita conhecer a realidade demográfica “[...] para efeitos de maior controle sobre as despesas e arrecadação de dízimos, pois além da relação dos clérigos, capelas, ermidas e oratórios, com suas distâncias da sede do bispado, o documento ainda quantifica por freguesia o número de fogos e ‘pessoas de desobriga’ (fregueses que participavam das celebrações pascais).” (MACÊDO, 2007, p. 204-205).

O compromisso de conduzir os fregueses devotos da Senhora Santa Ana, possibilitou ao padre Brito Guerra, em 1810, viajar à Corte para submeter-se ao concurso para provimento do cargo de vigário colado da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (sacerdote fixo, na época nomeado pela Coroa). (MACÊDO, 2007; MEDEIROS FILHO, 2002).

Dessa forma, a vida de Brito Guerra e a sua relação com a Vila do Príncipe está de acordo com o entendimento que vida e contexto histórico estão colados, pois construir uma biografia é indispensável reconstruir o contexto, a superfície social que o indivíduo age, na pluralidade de campos de cada instante. (BOURDIEU, 1998).

Regressando da Corte, já na condição de vigário colado, Brito Guerra, inicia a construção de uma residência assobradada. Essa construção, somada a reconstrução da igreja, ao prédio destinado à Casa da Câmara e Cadeia Pública representava melhoramentos urbanísticos à Vila do Príncipe. A construção de sobrados para a elite da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó “[...] só foi possível com a mobilização de recursos humanos e financeiros para a fabricação de tijolos e mestres de obras que dominassem a técnica da construção de prédios de dois pavimentos.” (MACEDO, 2007, p. 151).

Nesses termos, provavelmente, o primeiro sobrado construído no território da Vila do Príncipe tenha sido o do padre e depois Senador do Império, Francisco de Brito Guerra. O sobrado tinha sessenta palmos de frente e cinco varandas de ferro. A edificação fora construída ao lado da Matriz da Gloriosa Senhora Santa Ana.

O Frei Caneca, que esteve em 1824 no Príncipe, fugindo das tropas realistas que reprimiam a Confederação do Equador, quando de sua passagem pela vila fez a primeira descrição dessa:

A vila tem uma igreja não pequena, nova e bem paramentada. A casa do vigário é de sobrado e boa; todas as casas são novas e de pedra e cal; e fazendo um como círculo, com um diâmetro de trezentos passos em uma chã por detrás das casas, o terreno é plano, mas pedregoso. Tem o rio três grandes poços de boa água, que nenhum verão mais forte é capaz de secar. (FREI CANECA, 2000, p. 219).

A casa do vigário, como se referiu o Frei Caneca, ao domicílio do padre Brito Guerra, por testamento, de 20 de novembro de 1844, foi legada aos dois sobrinhos padres: Francisco Justino Pereira de Brito e José Modesto Pereira de Brito. Com essa construção Brito Guerra (de)marcava um espaço de vivência e de representação na urbe. (TESTAMENTO DE FRANCISCO DE BRITO GUERRA apud MEDEIROS FILHO, 2002).

O sobrado, ainda hoje, apresenta-se como um lugar de memória evocativo da relação de Brito Guerra com a cidade, isso se deve, não necessariamente ao fato do referido sobrado está soerguido, mas também a histórias que povoam a memória dos seridoenses.

É elucidativa da “fragilidade humana” outrora indicada em testamento pelo padre Brito Guerra o episódio do “lobisomem” ou “burrinha” que aterrorizava as ruas da Vila do Príncipe na década de 1820. Manoel Dantas (1941) bem ressalta que, sendo Brito Guerra um santo varão que dirigia suas ovelhas segundo todos os preceitos do evangelho, mas que se quebrava aos encantos e requebros de uma gentil e sensual mulata, cujo marido, sabedor das preferências do padre, julgou-se honrado. E, nos dias em que a mulata fosse levar ao padre os

confortos da carne, o marido se fantasiaria de burrinha ou lobisomem para evitar que se saíssem à rua quaisquer um.

Esse pastor, que expressou sua “fragilidade humana” e que é lembrado a partir de narrativas como essa, em 20 de julho de 1833, foi nomeado Visitador nas Províncias do Rio Grande do Norte e da Paraíba, pela provisão de João da Purificação Marques Perdigão, Bispo de Pernambuco. Enquanto visitador, era a jurisdição da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana que Brito Guerra fazia ser conhecida e respeitada. Essa freguesia que pela Lei Provincial nº 15 do ano de 1835 tem a capela de Nossa senhora da Guia do Acari elevada a categoria de Igreja paroquial. Pela condição de Visitador e Delegado do Crisma, Brito Guerra determina que sejam considerados fregueses de Santa Ana do Seridó “[...] os moradores do território que fica além do rio Piranhas, da parte do poente, de conformidade com os termos da Lei Provincial nº 17, de 23 de março de 1835.” (apud MEDEIROS FILHO, 2002, p. 254).

Assim, na primeira metade do século XIX, Brito Guerra tem na Vila do Príncipe e em práticas religiosas como batizados, casamentos, missas visitas pastorais, sepultamentos e outras o estabelecimento de uma estreita relação do sujeito com a cidade e suas experiências urbanas.

\*\*\*

Na esfera política a relação de Brito Guerra com a Vila do Príncipe dava-se por sua atuação como deputado provincial e geral, bem como Senador do Império. Na política falava do lugar social e institucional de religioso, de vigário colado e morador da Vila do Príncipe, intimamente associado e envolvido por questões da (de)marcação dos limites entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba.

Brito Guerra assumiu o pastoreio do Seridó em 1802 e, no início da década de 1830 encampa uma participação direta no campo político provincial, cujas relações de poder eram, por ele, delineadas a partir da Vila do Príncipe e do Seridó.

O padre Brito Guerra, como vigário do Seridó, proprietário de destacado sobrado na Vila do Príncipe e exímio latinista constituir-se-ia como notado político a época do Império no Brasil.

Já em 1825, Brito Guerra concorre para as eleições de Deputados Gerais que legislariam no período de 1826 a 1829 realizadas na Casa das Sessões do Senado da Câmara da Cidade da Paraíba. Obtendo 9 votos, Brito Guerra não é eleito.

Mas, em 1828, realizaram-se as eleições para o Conselho Geral da Província, à sua segunda legislatura (1830 a 1833); o padre Brito Guerra foi eleito como representante do Sertão do Seridó – no entanto, essa cadeira só seria assumida em 1833.

Em 1834 ocorrem as eleições para a primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, sendo Brito Guerra eleito e, na primeira sessão, em 31 de janeiro de 1835, escolhido para presidi-la. Permanecendo dessa forma até 20 de março do mesmo ano quando Brito Guerra ausenta-se da presidência da Assembleia Legislativa Provincial para assumir o mandato eletivo na terceira legislatura da Assembleia Geral do Império.

Brito Guerra, em 1836, assumia como senador em substituição ao falecido Afonso de Albuquerque Maranhão. Em 1837, seu nome consta na lista tríplice para escolha de Senador Vitalício do Império e, sua nomeação como senador vitalício do Império do Brasil ocorreu a 12 de julho de 1837.

Lembremos que Brito Guerra escreve sua história política colada ao espaço Seridó, pois, já em 1831 quando poma posse como deputado geral à Câmara Temporária ou Assembleia Geral do Império, Brito Guerra é autor do projeto de lei que estabelece os limites da Vila do Príncipe da Província do Rio Grande do Norte. Esse projeto de lei confirmava os limites estabelecidos em 1788 quando da criação do município e referendava os mesmos limites estabelecidos com a criação da Comarca do Rio Grande do Norte.

Assim, a Lei de 25 de outubro de 1831 que deliberava sobre os limites entre as Províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba, nasceu do projeto de Brito Guerra. Confirmando, pois, que dos rascunhos coloniais as impressões dos limites territoriais a história do Rio Grande do Norte passa por questões políticas e territoriais.

Em 1818, a Província do Rio Grande foi desmembrada da Comarca da Paraíba, motivo pelo qual gerou disputa de poder pelo território que compreendia a ribeira do Seridó. Disputa que perdurou até 1831, quando o Deputado Geral Padre Brito Guerra, empreende junto a Câmara dos Deputados a demarcação do Distrito da Vila Nova do Príncipe. (AUGUSTO, 1954).

Essa questão de limites ente o Rio Grande do Norte e a Paraíba se prolongaria até 1835, ano em que fora delimitado o território do Seridó, fazendo-o definitivamente pertencer à Província do Rio Grande do Norte, acabando com a polêmica com a Paraíba, que reivindicava essa porção espacial para si.

Brito Guerra, seja como deputado da Assembleia Geral do Império ou Senador não só representara politicamente o Seridó e o Rio Grande do Norte como também se fixava como um mediador cultural entre a Corte e a região e de forma mais estrita a Vila do Príncipe. Pois, não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* que resulta de experiências repetidas e comuns em cada época. (LEVI, 1989).

Nesse sentido, há um fato que dá a medida da introdução nos sertões de novos hábitos da Corte. Quando senador do Império brasileiro, o padre Brito Guerra, retornando à Vila do Príncipe, convidou dois amigos para o almoço que promovia, ocasião em que repassaria as notícias do Rio de Janeiro e se informaria das novidades do lugar. Depois de abundante refeição, o padre deixou os convivas com seu criado carioca, que dispôs a ambos o que parecia ser uma iguaria fina: dois charutos em uma bandeja de prata. (DANTAS, 1941; MACÊDO, 2007).

Nos sertões, o consumo do tabaco era feito queimando-o nos cachimbos, à moda indígena. Charutos viraram moda no Brasil logo após a Independência, no período regenciais, a reboque da onda de antilusitanismo, que rejeitava o cachimbo incorporado ao tabagismo europeu, como símbolo do antigo domínio português. (ALENCASTRO apud MACÊDO, 2007).

Ainda lembrando Levi (1989), para todo indivíduo há, uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos cofins sociais e eu suscita a mudança social. Nessa perspectiva, Macêdo (2007) ressalta que, a rigor, os tontos e esverdeados comensais não estavam errados. A alimentação, como outras práticas primárias do corpo, seguem em qualquer sociedade um código cultural,

No caso da refeição, esta pressupõe uma etiqueta e artefatos que indiquem a maneira de seu consumo. Para os poucos refinados senhores daquela sala, o que se servia após o almoço era sobremesa, e ela se tornou mais real quando servida em uma travessa de prata. Ninguém ali adivinharia que tabaco fosse compartilhado desta forma, enrolados a moda de pastéis. Logo, o gesto não era carente de civilidade. (MACÊDO, 2007, p. 152).

Dessa maneira, podemos inferir que Brito Guerra imprimiu a Vila do Príncipe hábitos e costumes advindos da Corte, bem como era homem reconhecido e respeitado por sua condição religiosa e política, bem como intelectual.

\*\*\*

Na esfera educacional Brito Guerra e a Vila do Príncipe se inscrevem na história com letras e versos latinos. Dom José Adelino Dantas (2008), assim como diversas outras vozes, apresenta Brito Guerra como “primeiro mestre de Latim nas terras do Rio Grande”.

Dessa forma, Brito Guerra e a cidade, no campo educacional se destacam por um projeto educativo que atentava ao ensino do Latim, com a música das declinações e a cadência de seus versos.

Essa relação começa a ser gestada com a implantação, em 1803, da escola de Gramática Latina e, consolida-se pela aprovação provincial, em 1832, da Cadeira de Gramática Latina para a Vila do Príncipe.

A vida de Brito Guerra e o Latim se inscrevem uma sob a outra, como um grande palimpsesto, pois sua formação na língua *mater* inicia-se aos doze anos, na Povoação e Pasmado, em Pernambuco, na escola de Latim e é seguida pela formação sacerdotal no Seminário de Olinda, no qual teve seu lugar de latinista bem demarcado ao passo que nas ocasiões comemorativas era sempre referendado para saudações e recitações em latim.

Dessa forma, Brito Guerra (de)marcava para si um lugar de cultor do latim e, a escola de Gramática Latina instalada na Vila do Príncipe expressaria, então, “[...] o ponto de partida de uma cultura que iluminaria a terra e estimularia seus filhos.” (DANTAS, 2008, p. 70). Assim as Luzes latinas tocariam a terra e a gente do Seridó, por iniciativa patente de Brito Guerra que:

[...] dos montes de Olinda essas luzes foram trazidas, um dia, para a Vila do Príncipe. E foi Francisco de Brito Guerra o portador olímpico desse facho, fazendo com que aqui o Latim [...] cantasse a música das declinações e a cadência dos versos. E aqui a luz se multiplicou e irradiou de mão em mão. (DANTAS, 2008, p. 73).

Brito Guerra como portador olímpico da tocha latina implanta a escola de Gramática Latina (possivelmente em 1803). Nesse contexto, a educação escolar no Reino e nos domínios lusitanos estava regida pelo Alvará de 28 de junho de 1759, que reformou os Estudos Menores referentes ao ensino de Primeiras Letras e de Humanidades de Gramática Latina, Retórica e Grego. Por esse alvará, bem como pela lei de 6 de novembro de 1772 autorizada por Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, ministro de Dom José I. Dessa forma, ficava estabelecido a atualização da literatura escolar e a introdução da língua portuguesa nas classes de Latim ou de Gramática Latina, as quais deveriam funcionar em classes abertas e gratuitas. (ARAÚJO, 2006).

Assim, o Padre Guerra ao criar a Escola de Gramática Latina, “[...] destinou-a ao preparo dos filhos das elites pecuarísticas. Essa Escola atraiu alunos da zona do Seridó e também das províncias vizinhas.” (ARAÚJO, 2006, p. 16).

A formação educativa nessa escola dava-se no campo das humanidades clássicas que atentava para a educação estética, retórica, moral e cívica, envolvendo obras de pensadores clássicos como Cícero, Virgílio de Marão, Tito Lívio, Fedro Augusto, conhecimento de línguas estrangeiras e consciência histórica.

Seja como responsável pela instalação da Escola de Gramática Latina, em 1803, como professor ou como deputado geral do Império Francisco de Brito Guerra esteve intimamente associado a educação na Vila do Príncipe. Em 1832, como deputado geral pelo Rio Grande do Norte, foi responsável pela apresentação de um projeto de lei que propunha a criação de uma cadeira de Gramática Latina na Vila do Príncipe. A aprovação da lei ocorreu a 7 de agosto de 1832, e foi sancionada pela Regência em nome do Imperador Dom Pedro II.

Assim, com a criação da Cadeira de Gramática Latina em 7 de agosto de 1832, também ficava estabelecido o ordenado do professor que seria de 3000\$000 anuais. A posse do professor de latim Joaquim Apolinar Pereira de Brito, sobrinho de Brito Guerra, é empossado em 1º de agosto de 1836.

O nome Francisco de Brito Guerra se inscreve na história educacional da Vila do Príncipe por suas iniciativas e práticas de implantação e de regulamentação do ensino de latim, responsável, por ser “[...] núcleo irradiante da sabedoria sertaneja em toda a região do Seridó.” (REVISTA CAICÓ, 1978, p. 10).

Assim, a escola de Gramática Latina e posteriormente, Cadeira de Gramática Latina expressam por sua notoriedade e longevidade a importância da ação e atuação de Brito Guerra no campo educacional na Vila do Príncipe e sua circunscrição.

\*\*\*

Francisco de Brito Guerra escreve seu nome com grafias religiosas, políticas e educacionais na história e na memória da Vila do Príncipe, mas essa escrita não se encontra fechada nesses limites, pois foi atuando como vigário colado da Freguesia da Gloriosa senhora Santa Ana do Seridó, como Visitador Apostólico do Rio Grande do Norte e da Paraíba, como deputado provincial e imperial, como senador do Império e professor de latim que esse sujeito grafa, letra a letra, seu nome na relação estreita, mas também ampla, com a Vila do Príncipe.

Assim, a relação de Brito Guerra com a Vila do Príncipe se distribuiu pela intersecção de vida religiosa, com a econômica, a política, a social, a educacional, enfim, composições afetivas nas convivências hierarquizadas das instâncias de sociabilidades formativas, situadas nas moradas familiares, nas igrejas, nos funerais, sítios e fazendas, nos estabelecimentos e instituições públicas e privadas.

No campo religioso, de 1802 quando assume o pastoreio da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó até 1844, ano de sua morte, Brito Guerra atuou como zeloso pastor que conduziu seus fregueses perante sociabilidades e práticas religiosas e sócio-culturais referentes a doutrina cristã.

Como político, assumiu diversos cargos em níveis provinciais e imperiais, o que lhe exigia diversas vezes está ausente dos limites da Vila do Príncipe, mas sempre legislando em função de projetos locais e regionais como fora por ocasião dos projetos de lei responsáveis pela demarcação de limites entre as Províncias do Rio Grande do Norte e da Paraíba, bem como no tocante a aprovação da Cadeira de Gramática Latina para a Vila do Príncipe.

Quanto ao campo religioso, Brito Guerra e a Vila do Príncipe estabelecem um elo corporificado pela e na formação da mocidade na cultura clássica com uma educação estética e retórica, moral e cívica.

Nesses termos, compreendemos que a relação de Brito Guerra com a Vila do Príncipe expressa nesse trabalho não pode ser apreendida como um todo de formas coerentes e orientadas, mas como uma expressão unitária de uma leitura intencional.

## Referências

ARAÚJO, Marta Maria de. Padre Francisco de Brito Guerra: um educador ilustrado em Caicó no começo do século XIX. In: ARAÚJO, Ausônio Tércio de; DANTAS, Eugênia Maria; MEDEIROS, Maria das Dôres; MACÊDO, Muirakytan K. de. **Mestres do Seridó**: memórias. Natal: Una, 2006, p. 13-22.

ARAÚJO, Marta Maria; MEDEIROS, Maria das Dôres. A Cidade, a Igreja e a Festa de Sant'Ana de Caicó-RN: séculos XVIII e XIX. **Sociedade e Território**, Natal, v. 15, n. 2, p. 53-61, jul./dez. 2001.

AUGUSTO, José. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsoi – Editor, 1954.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP. 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma história social do conhecimento de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DANTAS, Dom José Adelino. **Homens e fatos do Seridó Antigo**. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outrora**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941.

DUBY, Georges. História Social e Ideologias das Sociedades. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1976.

FREI CANECA. **Acusação e defesa**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000.

LABROUSSE, Ernest. Introdução. In: **A história social**: problemas, fontes e métodos. Lisboa: Edições Cosmus, 1973, p. 17-22.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. **Annales ESC**, Paris, n. 6, nov./déc. 1989, p. 1325-1336.

MACEDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII). 2007. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque / Fundação Vignt-Um Rosado, 2002.

MELQUÍADES, José. **Padre Francisco de Brito Guerra, um Senador do Império**. 2. ed. Natal: Edições da Fundação José Augusto, 1987.

MONTEIRO, Eymard L'E. **Caicó**: subsídios para a história completa do município. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

REVISTA DE CAICÓ, Natal: Clima-Artes Gráficas e Publicidade LTDA, 1978.